

Conselho Local de Ação Social de Pinhel



Programa

**Plano de Desenvolvimento
Social 2014–2016**

Trabalho elaborado por:
Comissão Executiva do Conselho Local de Ação Social de Pinhel
Com a colaboração de:
Helena Isabel Sabino Antunes, no âmbito do programa de estágios profissionais

Índice

| | |
|--|----|
| Listagem de Siglas..... | 5 |
| 1. Introdução..... | 6 |
| 2. Plano de Desenvolvimento Social..... | 9 |
| 3. Metodologia..... | 10 |
| 4. Enquadramento do PDS com Estratégias e Planos Europeus Nacionais e Regionais/Locais de Desenvolvimento..... | 11 |
| 4.1 Nível Europeu: | |
| - Europa 2020..... | 11 |
| 4.2 Nível Nacional: | |
| - Estratégia Nacional Desenvolvimento Sustentável..... | 12 |
| - Quadro de Referência Estratégica Nacional..... | 14 |
| - Plano Nacional de Ação para a Inclusão..... | 15 |
| - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território..... | 15 |
| - Plano Nacional de Saúde..... | 17 |
| 6.3 Nível Regional/Local: | |
| - Mais Centro..... | 18 |
| - Plano Diretor Municipal de Pinhel..... | 19 |
| - Carta Educativa..... | 19 |
| - Agenda 21 Local..... | 20 |
| 5. Definição dos Eixos Prioritários de Intervenção e Respetivos Objetivos e Estratégias..... | 21 |
| 5.1 – Isolamento e Exclusão Social..... | 22 |
| 5.2 – Habitação..... | 23 |
| 5.3 – Apoio à 3ª Idade..... | 24 |

| | |
|---|----|
| 5.4 – Divulgação dos Serviços Existentes..... | 25 |
| 5.5 – Promoção das Artes e Ofícios, Emprego, Empreendedorismo e Inovação..... | 26 |
| 5.6 – Educação e Formação..... | 28 |
| 5.7 – Promoção do Concelho..... | 29 |
| 5.8 – Combate à Desertificação e Envelhecimento da População..... | 30 |
| 5.9 – Preservação do Ambiente..... | 31 |
| 6. - Considerações Finais..... | 33 |
| 7. Bibliografia..... | 34 |

Listagem de Siglas

- **CLAS** – Conselho Local de Ação Social
- **CMP** – Câmara Municipal de Pinhel
- **CPCJ** – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
- **ENDS** – Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável
- **GNR** – Guarda Nacional Republicana
- **IEFP** – Instituto do Emprego e Formação Profissional
- **I&D** – Investigação e Desenvolvimento
- **I&DT** – Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
- **PDM** – Plano Diretor Municipal
- **PDS** – Plano de Desenvolvimento Social
- **PNAI** – Plano Nacional de Ação para a Inclusão
- **PNPOT** – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
- **PNS** – Plano Nacional de Saúde
- **QREN** – Quadro de Referência Estratégico Nacional
- **RSI** – Rendimento Social de Inserção
- **TIC** – Tecnologias de Informação e Comunicação
- **NARP** – Núcleo de Alcoólicos Recuperados de Pinhel
- **CLDS+** - Contrato Local de Desenvolvimento Social Mais

1 – Introdução

O programa Rede Social, revelou-se uma das medidas políticas mais inovadoras e empreendedoras no panorama nacional nos últimos anos.

O combate à pobreza e à exclusão social são os principais objetivos desta medida, assente num planeamento estratégico de base territorial, que implica a participação dos representantes de várias instituições locais, contribuindo para tornar mais efetiva a complementaridade de diversas medidas políticas e, a integração de ações e projetos dos diferentes parceiros locais numa ação concertada e coerente de desenvolvimento local.

Contudo, é necessário que este planeamento seja contínuo, dinâmico e cíclico, de forma a existir uma adaptação cada vez mais eficaz à realidade sobre a qual se pretende intervir.

Neste sentido, o documento agora apresentado pretende dar seguimento ao Plano de Desenvolvimento Social elaborado para o biénio 2013-2015, contendo propostas que permitam continuar a combater a pobreza e a exclusão social, assim como propostas que visam o desenvolvimento do concelho.

Quadro nº 1 – Indicadores Económicos e Sociais

| Indicadores Económicos e Sociais | Concelho | Zona Centro | Portugal | Unidade | Período |
|---|-----------------|--------------------|-----------------|---------------------|----------------|
| Área Total | 484,5 | 28 200,1 | 92 094,4 | Km ² | 2013 |
| Nº de Freguesias | 18 | | | N.º | 2013 |
| Densidade populacional | 19,9 | 82,5 | 114,4 | Hab/km ² | 2011 |
| População Residente | 9 627 | 2 327 755 | 10 562 178 | N.º | 2011 |
| Segundo o grupo etário | | | | | |
| 0 - 14 anos | 1 000 | | 1 572 329 | N.º | 2011 |
| 15 - 64 anos | 5 488 | | 6 979 785 | N.º | 2011 |
| 65 ou + anos | 3 139 | | 2 010 064 | N.º | 2011 |
| Taxa de natalidade | 3,4 | 7,5 | 8,5 | % | 2012 |
| Taxa de analfabetismo | 11,25 | 6,4 | 5,33 | % | 2011 |
| Taxa de mortalidade | 17,3 | 12,2 | 10,2 (R) | % | 2012 |
| Índice de Envelhecimento | 298,2 | 162,6 | 129,4 | % | 2012 |
| Desempregados inscritos no centro de emprego H/M | 409 | 151 400,0 | 860 100,0 | N.º | 2012 |
| Desempregados inscritos no centro de emprego H | 135 | | | N.º | 2012 |
| Desempregados inscritos no centro de emprego M | 274 | | | N.º | 2012 |
| Beneficiários do RSI H/M | 340 | 60 812 | 420 022 | N.º | 2012 |
| Beneficiários RSI a frequentar ações de inserção H | 119 | 29 479 | 201 987 | N.º | 2012 |
| Beneficiários RSI a frequentar ações de inserção M | 122 | 31 333 | 218 035 | N.º | 2012 |
| Segundo o grupo etário | | | | | |

| | | | | | |
|--|-----|--|--|-----|-----------|
| >25 anos | 109 | | | N.º | 2012 |
| 25-54 anos | 105 | | | N.º | 2012 |
| 55 ou mais anos | 27 | | | N.º | 2012 |
| Equipamentos escolares/educação | | | | | |
| Creche | 2 | | | N.º | 2013/2014 |
| Jardim-de-infância | 8 | | | N.º | 2013/2014 |
| E.B 1ºCiclo | 6 | | | N.º | 2013/2014 |
| E.B. 2ºCiclo | 1 | | | N.º | 2013/2014 |
| Escola Secundária c/ 3ºCiclo | 1 | | | N.º | 2013/2014 |
| CATL | 1 | | | N.º | 2013/2014 |
| Prolongamento Escolar | 6 | | | N.º | 2013/2014 |
| Equipamentos Sociais de apoio à 3ª Idade | | | | | |
| Centro de Dia | 14 | | | N.º | 2014 |
| Centro de Convívio | 1 | | | N.º | 2014 |
| Serviço de Apoio Domiciliário | 15 | | | N.º | 2014 |
| Estrutura Residencial para Pessoas Idosas | 7 | | | N.º | 2014 |
| Equipamentos de Apoio a Pessoas Portadoras de Deficiência | | | | | |
| CAO | 1 | | | N.º | 2014 |
| Lar Residencial | 1 | | | N.º | 2014 |

Fonte: INE, PORDATA, Câmara Municipal de Pinhel (Diagnóstico Social)

2– Plano de Desenvolvimento Social

O PDS do Município de Pinhel, resulta da atualização dos dados do Diagnóstico Social, no qual estão identificados os problemas e as necessidades do concelho, tendo sido elaborado pelo Núcleo Executivo com o apoio dos restantes elementos do CLAS. Assim, a elaboração deste documento tem por base um esforço de articulação entre vários setores e parceiros o que vai permitir:

- Integrar no território as medidas e políticas definidas pela Administração Local, Regional e Nacional, de forma intersectorial e ainda, ao nível da União Europeia favorecendo a sua adaptação aos contextos locais, potenciando as respetivas complementaridades e detetando as suas fragilidades;
- A racionalização e a adequação dos recursos e das iniciativas através da articulação dos serviços;
- Rentabilizar os saberes e o conhecimento do terreno, dos técnicos e das organizações locais na identificação dos problemas e soluções e, na definição de estratégias mais adequadas para a sua resolução;
- Encontrar soluções inovadoras e empreendedoras, que a flexibilidade das estruturas mais pequenas e em contacto com as populações, possibilitam.

3 – Metodologia

Este PDS, surge com base numa metodologia participativa que permitiu um levantamento mais fidedigno e real dos problemas e necessidades locais e, uma maior mobilização dos parceiros para a discussão e posterior planeamento de um documento, ao serviço da ação, com propostas que se pretendem exequíveis e funcionais tendo, o desenvolvimento social, como objetivo a atingir.

Assim, ao longo de vários meses, foram realizadas entrevistas com os representantes das Juntas de Freguesia e enviados questionários a várias entidades como - a Guarda Nacional Republicana Destacamento Territorial de Pinhel, o Agrupamento de Escolas de Pinhel, o I.E.F.P. de Pinhel, o Centro de Saúde de Pinhel, o Instituto da Segurança Social Centro Distrital da Guarda e as IPSS a nível concelhio o que permitiu o levantamento da realidade multidimensional dos problemas sociais do concelho que, juntamente com uma análise bibliográfica intensiva (Censos 2011, INE; PORDATA, PDM de Pinhel, Carta Educativa do Município de Pinhel; Diagnóstico Social; Agenda 21 Local; bem como diversos planos de desenvolvimento de matriz europeia, nacional e regional/local), tornou possível a elaboração de eixos prioritários de intervenção.

Neste seguimento, o documento apresentado em seguida vai estruturar-se em duas partes:

- Enquadramento do PDS com Estratégias e Planos Europeus, Nacionais e Regionais/Locais de Desenvolvimento;
- Definição dos eixos prioritários de intervenção e respetivos objetivos e estratégias.

4 – Enquadramento do PDS com Estratégias e Planos Europeus, Nacionais e Regionais/Locais de Desenvolvimento

O programa Rede Social, apesar de ter a sua génese numa linha de desenvolvimento territorial concertado, baseada numa intervenção social participada, não pode, nunca, ser dissociado de lógicas de ação mais globalizadas como, planos e medidas interventivas com base em políticas definidas a nível supra concelhio e supra nacional.

Deste modo e, ainda que possamos estar perante um período transitório no que diz respeito a algumas estratégias e, alguns programas e planos de desenvolvimento, faz todo o sentido enquadrar este documento e as suas prioridades de intervenção, numa lógica de planeamento macro social (Estratégia Europa 2020; ENDS; QREN; PNAI; PNPOT; PNS), bem como numa lógica mais micro social (Mais Centro; PDM Pinhel; Carta Educativa de Pinhel, Agenda 21 Local, CLDS+).

4.1 – Nível Europeu

Europa 2020

Após o fim da Estratégia de Lisboa, ficou definida, em Conselho Europeu, uma nova estratégia para o emprego e para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo que reforça a coordenação de reformas estruturais entre os Estados-membros, baseadas na governação económica e na sustentabilidade financeira, denominada Europa 2020.

Se em 2000 a Estratégia de Lisboa ganhava pontos com as suas prioridades centradas na “construção da sociedade do conhecimento (em que as qualificações, a ciência e a tecnologia e a inovação são fatores-chave de progresso)”, em 2010 os princípios base da estratégia Europa 2020 centraram-se no:

- *Crescimento inteligente*: desenvolver uma economia baseada no crescimento e na inovação;
- *Crescimento sustentável*: promover uma economia mais eficiente em termos de utilização dos recursos, mais ecológica e mais competitiva;
- *Crescimento inclusivo*: fomentar uma economia com níveis de emprego que assegura a coesão social e territorial.

Assim, e uma vez que a sociedade do conhecimento está em construção, é urgente associar, de uma forma mais forte, a visão de sustentabilidade com um novo padrão energético suportado em

fontes renováveis, um maior respeito pelo equilíbrio com a natureza e uma maior protecção do ambiente, e a visão de inclusão, tendo em conta os problemas do desemprego na Europa e os desafios inerentes ao envelhecimento da população e de uma maior justiça social.

Desta forma, esta estratégia tem por base os seguintes indicadores e metas concretas:

- 75% da população de idade compreendida entre os 20 e 64 anos deve estar empregada.
- 3% do PIB deve ser investido em despesas com atividades de Investigação e Desenvolvimento (I&D).
- Os objetivos em matéria de clima/energia «20/20/20» devem ser cumpridos (incluindo uma subida para 30% do objetivo para a redução de emissões, se as condições o permitirem).
- A taxa de abandono escolar precoce deve ser inferior a 10% e pelo menos 40% da geração mais jovem deve dispor de um diploma de ensino superior.
- 20 milhões de pessoas devem deixar de estar sujeitas ao risco de pobreza.

4.2 – Nível Nacional

Estratégia Nacional Desenvolvimento Sustentável

“Retomar uma trajetória de crescimento sustentado que torne Portugal, no horizonte de 2015, num dos países mais competitivos e atrativos da União Europeia, num quadro de elevado nível de desenvolvimento económico, social e ambiental e, de responsabilidade social.”

Esta é a génese mobilizadora da Estratégia Nacional Desenvolvimento Sustentável (ENDS) que tem como base três grandes pilares de desenvolvimento, a proteção e valorização ambiental, a coesão social e, o desenvolvimento económico.

Para dar uma resposta válida, estruturada e funcional a estes três pilares, esta estratégia pressupõe sete objetivos de ação:

1 – Preparar Portugal para a sociedade do conhecimento. Este objetivo procura acelerar o desenvolvimento científico e tecnológico como base para a inovação e a qualificação e, melhorar as qualificações e criar competências adequadas para um novo modelo de desenvolvimento. Aposta-se, assim, no desenvolvimento do capital humano nacional, que integra a generalização da educação pré-escolar, a melhoria da qualidade dos ensinos básico, secundário e superior, a aprendizagem ao longo da vida, a criação de novas oportunidades e o reforço da investigação e desenvolvimento de base científica e tecnológica, e ainda o incentivo ao desenvolvimento cultural e artístico.

2 – Crescimento Sustentado, Competitividade à escala Global e Eficiência Energética. Com este objetivo, pretende-se um crescimento mais rápido da economia potenciado pelo

desenvolvimento de um comportamento responsável por parte dos agentes económicos, que permita retomar a dinâmica de convergência, assente num crescimento mais significativo da produtividade associado a um forte investimento nos setores de bens e serviços transacionáveis, o que, para ser compatível com a criação de emprego, exige uma mudança no padrão de atividades do país, num sentido mais sintonizado com a dinâmica do comércio internacional, aproveitando e estimulando as suas possibilidades endógenas.

3 – *Melhor Ambiente e Valorização do Património*, que visa assegurar um modelo de desenvolvimento que integre, por um lado, a proteção do ambiente, com base na conservação e gestão sustentável dos recursos naturais, para que o património natural seja evidenciado como fator de diferenciação positiva e, por outro, o combate às alterações climáticas que, sendo em si mesmo um desafio para diversos setores da sociedade, deve ser encarado como uma oportunidade para promover o desenvolvimento sustentável. Tem-se em vista, também, a preservação e valorização do património construído.

4 – *Mais Equidade, Igualdade de Oportunidades e Coesão Social*, que procura garantir a satisfação das necessidades básicas na área da saúde, educação, formação, cultura, justiça e segurança social de modo a favorecer a qualidade de vida num quadro de coesão, inclusão, equidade e justiça social, bem como de sustentabilidade dos sistemas públicos de proteção social. Procura-se, também, fazer face a novos riscos de exclusão resultantes da difusão das novas TIC, que deve ser acompanhada por medidas ativas de combate à infoexclusão.

5 – *Melhor Conetividade Internacional do País e Valorização Equilibrada do Território*, mobilizando os diversos instrumentos de planeamento com efeitos diretos no território, de modo a reduzir o impacto negativo do posicionamento periférico de Portugal no contexto europeu, melhorando ou criando infraestruturas de acesso eficaz às redes internacionais de transportes e de comunicações, tirando partido da conectividade digital e reforçando as condições de competitividade nacional e regional. Preconiza-se, também o valorizar do papel das cidades como motores fundamentais de desenvolvimento e internacionalização, tornando-as mais atrativas e sustentáveis, de modo a reforçar o papel do sistema urbano nacional como dinamizador do conjunto do território.

6 – *Um Papel Ativo de Portugal na Construção Europeia e na Cooperação Internacional*, que reafirma o compromisso de Portugal com o projeto europeu e compreende a cooperação internacional em torno da sustentabilidade global. Esta cooperação visa contribuir de forma empenhada para o desenvolvimento económico e social global, para a consolidação e

aprofundamento da paz, da democracia, dos direitos humanos e do Estado de Direito, para a luta contra a pobreza e, em geral, para a concretização dos objetivos de desenvolvimento do milénio, bem como para um ambiente melhor e mais seguro à escala do planeta e, em particular, para a conservação da biodiversidade e a sustentabilidade dos ecossistemas.

7 – *Uma Administração Pública mais Eficiente e Modernizada*, adaptando-a nas suas funções e modelos organizacionais e, melhorando a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e às empresas, para uma sociedade mais justa e com uma melhor regulação, bem sustentada num sistema de justiça mais eficaz. Legislar melhor, simplificar os procedimentos administrativos, valorizar as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), adotar boas práticas no domínio da sustentabilidade são linhas de força essenciais no necessário processo de modernização da administração pública.

Quadro de Referência Estratégica Nacional

No âmbito do QREN, foram aprovados e publicados no Jornal Oficial da União Europeia, a 20 de dezembro de 2013, os Regulamentos da *Política de Coesão e Investimento 2014-2020*.

As novas propostas pretendem reforçar a dimensão estratégica da política e garantir que o investimento comunitário é canalizado para o cumprimento dos objetivos europeus de longo prazo de crescimento e emprego (desenhados na estratégia "Europa 2020").

Através de contratos de parceria acordados com a Comissão, os Estados-Membros comprometem-se a focalizar as prioridades de investimento nos referidos objetivos. A fim de aumentar a coerência da ação da UE, este pacote apresenta ainda uma proposta de harmonização das regras dos diferentes fundos, incluindo o do desenvolvimento rural e o marítimo e das pescas.

Em suma, o referido pacote legislativo agora proposto pela Comissão Europeia, apoiará:

- investimentos que permitam cumprir as normas ambientais;
- projetos no domínio da energia, desde que apresentem benefícios ambientais claros promovendo, por exemplo, a eficiência energética e a utilização de fontes de energia renováveis;
- investimentos em redes transeuropeias de transportes, bem como em sistemas de transportes urbanos e de baixo teor de carbono.

Plano Nacional de Ação para a Inclusão

O PNAI é outro dos planos com os quais é essencial articular o PDS de Pinhel.

As clivagens sociais existentes nos dias de hoje são multidimensionais e multifacetadas, interligando vários setores da esfera social, dificultando a erradicação das mesmas.

Deste modo, com vista ao combate a muitas destas clivagens e à posterior inclusão social dos grupos mais desestruturados, este plano assenta em três principais prioridades políticas:

1 - Combater a pobreza das crianças e dos idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania;

2 - Corrigir as desvantagens nos níveis de qualificação, como meio de prevenir a exclusão e interromper os ciclos de pobreza;

3 – Ultrapassar as discriminações, através da integração das pessoas com deficiência e dos imigrantes.

De acordo com estratégias definidas no PNAI e tendo em atenção o papel prioritário que os municípios devem assumir na tomada de decisão e intervenção social nos territórios de sua responsabilidade, o Governo, através da Portaria N.º 396/2007, de 2 de Abril, criou os CLDS, que têm por finalidade promover a inclusão social dos cidadãos, de forma multissetorial e integrada, através de ações a executar em parceria, que permitam combater a pobreza persistente e a exclusão social.

Entretanto a Portaria n.º 135-C/2013, de 28 de março, alargou o Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social, gerando uma nova vaga de contratos locais de desenvolvimento social, os CLDS+ - Contrato Local de Desenvolvimento Social Mais.

Enquanto instrumentos de política social, os CLDS+ surgem agora mais focalizados para os problemas sociais com que a sociedade portuguesa se deparou no período de ajustamento económico e financeiro.

Os CLDS+ têm o objetivo de contribuir para o aumento da empregabilidade, para um combate articulado contra a pobreza crítica, em especial garantindo uma maior proteção às crianças, aos jovens e aos idosos, fornecendo instrumentos adequados nas respostas às calamidades, sempre tendo em mente a aposta num superior desenvolvimento local e especial atenção na concretização de medidas que promovam a inclusão ativa das pessoas com deficiência e incapacidade.

Assim, o Programa CLDS+ é financiado, entre outras fontes, por fundos estruturais em conformidade com a legislação nacional e comunitária aplicável, designadamente o Fundo Social Europeu (FSE).

Para a concretização destes objetivos, foi implementado no concelho de Pinhel um Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS+) em julho de 2013.

Este Programa aposta numa concentração de recursos nos seguintes eixos de intervenção:

- I. Emprego, formação e qualificação;
- II. Intervenção familiar e parental, preventiva da pobreza infantil;
- III. Capacitação da comunidade e das instituições.

Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

Com vista a um equilíbrio sustentável, competitivo, funcional e coeso dos territórios, o PNPOP apresenta um conjunto de seis objetivos estratégicos. Assim, para seguir a linha de rumo traçada por este plano, é essencial:

- 1- Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos e, monitorizar, prevenir e minimizar os riscos;
- 2- Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços, ibérico, europeu, atlântico e global;
- 3- Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e coesão territoriais;
- 4- Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social;
- 5- Expandir as redes e infraestruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública;
- 6- Reforçar a qualidade e eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições.

Plano Nacional de Saúde

O direito aos cuidados de saúde é um aspeto essencial na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Assim, valores como a equidade, a universalidade, a qualidade e a solidariedade, são pilares fundamentais, sobre os quais foi edificado o Sistema Nacional de Saúde.

O Plano Nacional de Saúde 2011-2016 vai dar continuidade aos objetivos estratégicos do PNS 2004-2010, acrescentando uns, e reformulando outros, com vista à melhoria da qualidade de vida das populações.

Desta forma, os objetivos do PNS 2011-2016 centram-se na:

1 - Obtenção de um documento (Plano Nacional de Saúde 2011-16) que contribua com orientações estratégicas claras, dirigidas à maximização da obtenção de ganhos em saúde, de forma sustentável, contínua, monitorizável e avaliável;

2 - No desenvolvimento de um elevado consenso e concertação de todos os intervenientes e atores envolvidos na criação de ganhos de saúde, ou influentes no estado de saúde dos portugueses, incluindo setores que não tenham como objetivo primário os ganhos em saúde;

3 - Na elaboração e discussão de estudos, pareceres e instrumentos que permitam uma compreensão integrada e abrangente do estado de saúde dos portugueses e do seu sistema de saúde, bem como a fundamentação técnico-científica das estratégias preconizadas;

4 - No delineamento de estratégias de saúde portuguesas que incorporem as melhores opções e recomendações nacionais e internacionais em política de saúde, resultado de uma avaliação de impacto, de um maior envolvimento de peritos nas decisões estratégicas, e do reconhecimento das boas práticas em política de saúde portuguesas a nível internacional;

5 - Na criação de processos mais claros e eficientes de articulação entre as decisões estratégicas, a atribuição e gestão de recursos, a implementação de ações e a sua avaliação de impacto na saúde;

6 - Na elaboração de um instrumento de envolvimento dos profissionais de saúde na melhoria contínua da qualidade e do seu desempenho, dos cidadãos na autopromoção da saúde e de centralização do sistema de saúde no cidadão.

4.3 – Nível Regional/Local

Mais Centro

Este programa é um instrumento do QREN que, tem um raio de intervenção centrado exclusivamente na região centro.

É um programa operacional inovador que procura, através do desenvolvimento e aposta no conhecimento, inovação e competitividade, promover e assegurar o crescimento e o emprego, bem como o desenvolvimento sustentável do território, definindo para isso, seis eixos prioritários de intervenção:

1 – Competitividade, inovação e conhecimento, no qual se pretende a promoção do empreendedorismo, da inovação e da competitividade em pequenas e médias empresas; o desenvolvimento da sociedade do conhecimento; a dinamização dos sistemas científicos e tecnológicos; a promoção do ordenamento e qualificação de espaços de localização empresarial e de transferência de tecnologia e, a promoção de energias renováveis.

2 – Desenvolvimento das cidades e sistemas urbanos, que compreende três áreas de intervenção: a criação de parcerias para a regeneração urbana, o aproveitamento das redes urbanas que potenciem a competitividade e inovação e, o apoio a lógicas de mobilidade urbana.

3 – Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais, através do investimento em infraestruturas, equipamentos e serviços coletivos de proximidade sendo necessário que estes sejam realizados de forma integrada com base numa lógica de concertação intermunicipal, procurando assegurar o acesso a direitos-chave da cidadania (Educação, Saúde). Outra das medidas deste eixo é a valorização dos recursos endógenos (culturais, naturais, arquitetónicos, paisagísticos, gastronómicos).

4 – Proteção e valorização ambiental.

5 – Governação e capacitação institucional, no qual se pretende, facilitar a relação das empresas e dos cidadãos com a administração pública; promover a região através de boas práticas institucionais e, monitorizar a evolução da sua situação socioeconómica.

6 – Assistência técnica, ao nível da gestão, avaliação, controlo e auditoria e, publicidade dos programas operacionais.

Plano Diretor Municipal de Pinhel

O PDM de Pinhel é outro documento com o qual se torna essencial fazer uma articulação deste PDS. Visto que, ainda se encontra em fase de revisão e posterior atualização, ainda não estão definidas para os anos vindouros as medidas estratégicas quer a nível social, cultural, económico, (etc.).

Carta Educativa

A educação é um dos elementos fundamentais do sistema social pois, tem a capacidade de perpetuar o funcionamento, desenvolvimento, coesão e conservação deste. Assim, para potenciar o sucesso educativo e o posterior desenvolvimento social sustentado, é essencial que exista um instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos no quadro de desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município, (art.º 10, Decreto-Lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro).

Este documento é a Carta Educativa do Município de Pinhel que tem como principais objetivos:

- Assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, de forma que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura efetiva que ao mesmo nível se manifestar.

- A carta educativa é, necessariamente, o reflexo, a nível municipal, do processo de ordenamento a nível nacional da rede de ofertas de educação e formação, com vista a assegurar a racionalização e complementaridade dessas ofertas e o desenvolvimento qualitativo das mesmas, num contexto de descentralização administrativa, de reforço dos modelos de gestão dos estabelecimentos de educação e de ensino públicos e respetivos agrupamentos e de valorização do papel das comunidades educativas e dos projetos educativos das escolas.

- A carta educativa deve promover o desenvolvimento do processo de agrupamento de escolas, com vista à criação nestas, das condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente e eficaz dos recursos educativos disponíveis.

- A carta educativa deve incluir uma análise prospetiva, fixando objetivos de ordenamento progressivo, a médio e longo prazos.

- A carta educativa deve garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do município.

Agenda 21 Local

A Agenda 21 Local, é uma ferramenta da ENDS, com o propósito claro de atingir um desenvolvimento sustentável dos territórios, assente em quatro pilares essenciais, o social, o económico, o ambiental e, o do conhecimento e inovação.

É com base numa lógica de parceria entre os atores sociais de vários setores da comunidade local que se vai trabalhar, com a finalidade de se elaborar um quadro de objetivos operacionais que retratem a realidade do município.

Assim, a Agenda 21 Local do Município de Pinhel, traçou os seguintes objetivos operacionais:

- Promover a gestão ambiental sustentável do Município;
- Fomentar a competitividade das atividades económicas locais;
- Assumir a identidade local como fator crítico do sucesso;
- Valorizar o património natural e construído.

5 - Definição dos eixos prioritários de intervenção e respetivos objetivos e estratégias

Após a análise dos levantamentos realizados (trabalho de campo juntamente com a revisão bibliográfica), foram identificados e hierarquizados diversos problemas, que vão ser estruturados em eixos prioritários de intervenção, de forma a conseguir-se uma atuação mais estratégica e objetiva sobre a realidade.

Neste sentido, é essencial planear e articular projetos (PDS), para se agir (planos de ação) sobre as problemáticas em questão.

Assim, o Plano de Desenvolvimento Social de Pinhel tem como eixos prioritários de intervenção:

- **1.** Isolamento e exclusão social;
- **2.** Habitação;
- **3.** Apoio à terceira idade;
- **4.** Divulgação dos serviços existentes;
- **5.** Promover as artes e ofícios e o emprego, empreendedorismo e inovação
- **6.** Educação e formação;
- **7.** Promoção do concelho;
- **8.** Combate à desertificação e envelhecimento da população;
- **9.** Preservação do ambiente.

5.1 – Isolamento e exclusão social

Objetivo Geral:

Dar continuidade a uma intervenção multidimensional e multidisciplinar, junto da população mais desfavorecida, permitindo a esta um acesso mais facilitado a atividades e serviços, enquadrados nos seus interesses e necessidades, promovendo a sua inclusão social.

Objetivos específicos:

- Melhorar as condições de vida da população mais carenciada/excluída e/ou isolada;
- Continuar a apostar na qualidade da informação prestada aos indivíduos/famílias;
- Promover o bem-estar, a proteção e segurança e, o desenvolvimento pessoal e social das crianças e jovens em situações de risco;
- Dar continuidade aos mecanismos de apoio e de prevenção primárias nas áreas do alcoolismo e toxicodependência;
- Dinamizar a plataforma de apoio à família.

Estratégias:

- Atendimento e acompanhamento psicossocial, através de intervenções integradas, de famílias carenciadas e/ou desestruturadas, baseado na articulação com outros serviços;
- Atendimento e encaminhamento de indivíduos/famílias com problemas de dependências (alcoolismo, toxicodependência, tabagismo);
- Apoio à construção de projetos e trajetórias de vida;
- Atendimento, apoio e acompanhamento psicológico a crianças e jovens em situações de risco;
- Dar continuidade ao trabalho desenvolvido em parceria com as escolas e agregados familiares de modo a diminuir e prevenir situações de absentismo, abandono e insucesso escolar;
- Formação de competências sociais e relações parentais;
- Criar competências e hábitos básicos de saúde e higiene.

Recursos/ Parceiros

- Câmara Municipal de Pinhel;
- Segurança Social;

- Santa Casa Da Misericórdia;
- Juntas de Freguesia;
- Agrupamento de Escolas;
- IPSS's;
- IEFP;
- Centro de Saúde;
- CPCJ;
- NARP;
- GNR;
- CLDS+.

5.2 – Habitação

Objetivo Geral:

Melhorar as condições de vida das famílias mais carenciadas promovendo a sua segurança, salubridade e bem-estar habitacional assim como, facilitar o acesso físico a espaços públicos e privados.

Objetivos Específicos:

- Dar apoio habitacional à população mais carenciada;
- Acompanhamento técnico a famílias realojadas e/ou contempladas por programas de apoio habitacional;
- Sensibilizar os agregados familiares para a importância da preservação da habitação;
- Intensificar a eliminação progressiva das barreiras arquitetónicas existentes.

Estratégias:

- Reabilitação de habitações degradadas em articulação com programas do domínio habitacional e outros;
- Atendimento e apoio à população com problemas habitacionais;
- Acompanhamento técnico multidisciplinar às famílias realojadas;
- Realização de ações de sensibilização com os beneficiários de intervenções, para a necessidade de

preservar e conservar o espaço, mantendo-o em condições e salubridade e higiene aceitáveis;

- Elaboração de um diagnóstico de barreiras físicas e arquitetónicas existentes em espaços coletivos;
- Sensibilizar os agentes económicos, IPSS's e particulares, para a necessidade da eliminação das barreiras físicas e arquitetónicas com vista a uma maior e melhor mobilidade urbana:

Recursos/Parceiros:

- Câmara Municipal de Pinhel;
- Segurança Social;
- Juntas de Freguesia;
- IPSS's do concelho;
- Programas do domínio habitacional;
- CLDS+.

5.3 – Apoio à Terceira Idade

Objetivo geral:

- Ampliar e melhorar a rede de equipamentos sociais de apoio ao idoso, bem como a qualificação dos recursos humanos, permitindo assim, uma melhoria da qualidade de vida da população idosa.

Objetivos Específicos:

- Requalificar e aumentar as respostas sociais de alguns equipamentos e serviços de apoio;
- Redimensionar, qualificar e dinamizar alguns programas/projetos sociais;
- Potenciar o associativismo e outras lógicas de parceria, de modo a melhorar a oferta e qualidade dos apoios sociais em locais com menos dinamismo;
- Dinamização das instituições;
- Qualificar/formar recursos humanos, que prestem cuidados nas IPSS's;
- Criar uma bolsa de voluntariado.

Estratégias:

- Realização de diversas atividades lúdicas e recreativas direcionadas especialmente para a terceira

idade;

- Dar continuidade ao trabalho efetuado pelos técnicos da CMP às várias instituições do concelho;
- Qualificar e dinamizar as atividades de animação nas e, com, as IPSS's do concelho;
- Realização de ações periódicas de formação/informação com os idosos, familiares, funcionários e dirigentes de instituições, centradas em temáticas como: diabetes, higiene pessoal, tensão arterial, alimentação e nutrição);
- Prestar apoio técnico e financeiro, com o intuito de dinamizar as instituições/associações em início de atividade;
- Promover ações de sensibilização junto da população, para a importância crescente do voluntariado.

Recursos/Parceiros:

- Câmara Municipal de Pinhel;
- Segurança Social;
- IPSS's;
- Centro de Saúde;
- Associações do Concelho;
- CLDS+.

5.4 – Divulgação dos Serviços Existentes

Objetivo geral:

- Divulgar os serviços existentes relativos a instituições de apoio social no concelho.

Objetivos Específicos:

- Facilitar a proximidade dos serviços a toda a comunidade.

Estratégias:

- Atualizar o Guia de Recursos Comunitários;
- Elaborar um folheto simples com informação sobre as instituições de apoio social;
- Colocar na página da internet do Município de Pinhel informações sobre as instituições de apoio

social existentes no concelho.

Recursos/Parceiros:

- Câmara Municipal de Pinhel.

5.5 Promover as artes e ofícios, o emprego, empreendedorismo e inovação

Objetivo geral:

- Aproveitar o artesanato ainda existente no concelho de Pinhel, promovendo-o. Combater o desemprego apostando no empreendedorismo e inovação, minimizando as clivagens e os riscos sociais daí resultantes.

Objetivos Específicos:

- Apoio financeiro à confeção e venda de artesanato típico do concelho;
- Criação de posto de venda de materiais artesanais;
- Criação de um roteiro pelas oficinas dos artesãos;
- Estimular o espírito empreendedor e organizar o acolhimento e a incubação de novos projetos;
- Apoiar as empresas já existentes;
- Aproximar os atores da esfera do sistema de inovação;
- Repensar a oferta educativa e formativa, incorporando a sensibilização para o empreendedorismo;
- Estimular e animar as comunidades locais;
- Apoio financeiro e psicossocial a famílias/indivíduos em situação de desemprego;
- Apoio à contratação de ativos desempregados;
- Apoio ao investimento de micro e pequenas empresas no concelho de Pinhel;
- Apoio à promoção de atividades empreendedoras e inovadoras;
- Diminuir as assimetrias no acesso à informação;
- Reforçar a competitividade empresarial;
- Sensibilização para a importância da formação;
- Adequar as ofertas formativas à realidade concelhia;
- Potenciar os recursos endógenos com vista à valorização e promoção do território.

Estratégias:

- Criação e dinamização de um Núcleo de Artesãos do Concelho de Pinhel;
- Criação de um posto de venda de produtos artesanais do concelho;
- Garantir o acesso a apoios financeiros e a acompanhamento psico-social a indivíduos/famílias em situação de desemprego;
- Disponibilizar incentivos técnicos, logísticos e financeiros à implementação de micro e pequenas empresas no concelho;
- Garantir uma equidade no acesso à informação referente a programas e políticas de emprego;
- Valorizar e potenciar os recursos existentes tais como, o artesanato, a gastronomia, o património arquitetónico, arqueológico, paisagístico e ambiental, entre outros;
- Adaptar as ações de formação à realidade do mercado de trabalho;
- Apostar na formação contínua dos ativos empregados, com vista a uma maior qualificação destes;
- Disponibilizar condições para o investimento e criação de novas empresas ou lógicas empresariais inovadoras e empreendedoras;
- Apostar na fixação dos jovens com qualificações;
- Melhoria e dignificação das condições de exercício das atividades agrícolas compatíveis com as características do suporte natural em que são desenvolvidas;
- Apoiar os investimentos em pequenos regadios;
- Ampliação dos apoios à agricultura biológica e à certificação de produtos de qualidade;
- Reforço dos apoios à agricultura familiar e a tempo parcial;
- Adaptação das ajudas às condições de seca;
- Elaboração de planos de emergência para situações de seca;
- Promover a modernização e a reconversão da agricultura e incentivar a sua multifuncionalidade;

Recursos/Parceiros:

- Câmara Municipal de Pinhel;
- Associação de Artesãos da Serra da Estrela;
- IEFP;
- Raia Histórica - Gabinete de Inserção Profissional Castelos do Côa;
- CLDS+;
- Segurança Social;

- Empresas;
- Entidades formadoras;
- Planos e políticas no âmbito do emprego, inovação e empreendedorismo.

5.6 – Educação e formação

Objetivo Geral:

- Continuar a promover as competências socioeducativas da população em geral, com o objetivo de aumentar a taxa de alfabetização do concelho de Pinhel e, o número de indivíduos com formação profissional e/ou superior.

Objetivos Específicos:

- Sensibilização para a importância da escolarização;
- Aumento dos níveis de qualificação/formação da população, potenciadores de uma maior empregabilidade;
- Diminuir o número de indivíduos sem escolaridade;
- Aumentar o número de indivíduos com formação profissional;
- Fixação dos indivíduos no concelho.

Estratégias:

- Realizar ações de sensibilização para a importância da educação e da formação;
- Apoiar as formações ministradas no concelho pelas diversas associações.

Recursos/Parceiros:

- Câmara Municipal de Pinhel;
- Juntas de Freguesia;
- Agrupamento de escolas;
- Associações formadoras;
- IEFP;
- CLDS+;
- Programas no domínio do desenvolvimento do potencial humano.

5.7 – Promoção do Concelho

Objetivo Geral:

- Promover o concelho de Pinhel, divulgando todos os serviços, tradições, saberes e sabores, com vista ao desenvolvimento local e promoção turística.

Objetivos Específicos:

- Dar continuidade à valorização, promoção e divulgação dos recursos endógenos, criando sinergias capazes de atrair polos de investimento diversificados;

- Promover atividades económicas associadas à cultura, ao turismo e ao lazer;

- Dinamizar os recursos físicos existentes;

- Potenciar e consolidar a “marca” Pinhel, não só nos palcos locais, mas também nacionais e internacionais.

Estratégias:

- Criação de um Plano estratégico e operacional de Marketing para a promoção concelhia;

- Continuar a aposta na organização de eventos culturais, desportivos e económicos (Feira das Tradições e Atividades Económicas, Mercado da Agricultura Familiar, Festival da Canção, Concurso de Fotografia, Campeonatos Desportivos, Festival da Canção, entre outros);

- Marcar presença em feiras e “mostras” de produtos regionais, no território nacional e internacional;

- Dinamizar as zonas históricas da sede do concelho e respetivas freguesias;

- Dinamizar os circuitos turísticos existentes, que mostram a riqueza arquitetónica, arqueológica, e paisagística do concelho e, criar e identificar novos roteiros.

Recursos/Parceiros:

- Câmara Municipal de Pinhel;

- Juntas de Freguesia;

- IPSS's do concelho;

- Empresas do Concelho;

- Raia Histórica;

- CLDS+.

5.8 – Combate à desertificação e envelhecimento da população

Objetivo geral:

- Colocar o homem como centro das preocupações e visar, quer a adoção de atitudes e ações ativas de combate à degradação dos recursos existentes.

Objetivos Específicos:

- Evitar a migração dos habitantes do concelho;
- Atrair os jovens para o concelho;

Estratégias:

- Tornar o concelho aliciante para a implementação de jovens com ideias, ativos, inovadores, empreendedores;
- Incentivar e apoiar a diversificação do tecido económico, tornando-o atrativo para os jovens;
- Apoiar a criação de um mercado capaz de ancorar o futuro da região;
- Apostar no Desenvolvimento Local, como fator de atração;
- Apostar na ruralidade como fator de diferenciação e não como obstáculo;
- Apoiar as empresas já existentes;
- Aproximar os empresários existentes da esfera do sistema de inovação;
- Valorizar os produtos associados ao espaço rural;
- Implementação de um tecido empresarial rural, considerando a valorização, dignidade e sustentabilidade do emprego; bem como dar dimensão económica às atividades que se desenvolvem no espaço rural.

Recursos/Parceiros:

- Câmara Municipal de Pinhel;
- Centro de Saúde;
- Juntas de Freguesia;
- IEFP;
- Associações Culturais.

7.9 – Preservação Ambiente

Objetivo geral:

- Informação e divulgação das formas de preservação do meio ambiente.

Objetivos Específicos:

- Promover as boas práticas ambientais;
- Promover ações de informação e sensibilização sobre as formas de prevenção de incêndios florestais;
- Sensibilizar a população sobre a necessidade de reflorestação das áreas ardidas;
- Incentivar as entidades locais para a medição do nível de poluição dos cursos de água, e qualidade do ar;
- Orientação de toda a população, dos mais jovens aos mais idosos para a recolha seletiva de resíduos.

Estratégias:

- Promover sessões de informação/divulgação sobre a importância da preservação do meio ambiente;
- Incentivar o repovoamento florestal;
- Promover a existência de protocolos com Instituições/Juntas de Freguesia para a limpeza e manutenção das linhas/cursos de água;
- Promover os recursos naturais - valorização da fileira florestal/afloramentos graníticos;
- Promover uma campanha de Educação Ambiental;
- Promover ações de informação/sensibilização e divulgação sobre a prevenção de incêndios;
- Promover ações de informação/sensibilização e divulgação sobre os procedimentos a serem seguidos nas áreas ardidas;
- Promover ações de informação/sensibilização e divulgação sobre a recolha seletiva de resíduos;
- Promover a limpeza e segurança dos espaços verdes com o objetivo de uma maior e melhor qualidade ambiental;
- Apoiar a atividade florestal e incentivar e garantir a gestão sustentável da floresta;
- Apoiar a reabilitação imobiliária e a recuperação do património e dos espaços construídos.

Recursos/Parceiros:

- Câmara Municipal de Pinhel – Gabinete do Ambiente;
- Juntas de Freguesia;
- Bombeiros Voluntários Pinhelenses;
- GNR;
- Associação Florestal de Pinhel;
- BIOCÔA – Associação de Agricultores Biológicos do Vale do Côa.

6 - Considerações Finais

Este plano, não se quer um documento estanque, mas antes, um documento ao serviço da ação, que poderá sofrer alterações sempre que ocorram mudanças no tecido social.

Para isso, é essencial existir uma monitorização constante dos dados do diagnóstico, bem como, um processo de avaliação contínuo a realizar pelas equipas técnicas do núcleo executivo e pelo restante CLAS de Pinhel.

Deste modo, é importante sublinhar a responsabilidade de todos os parceiros nestes processos de monitorização, avaliação e atualização, que vão permitir uma estratégia mais eficaz e concertada, de atuação sobre realidades sociais mutáveis e multidimensionais, com o objetivo claro de tentar “homogeneizar as heterogeneidades” no combate à pobreza e exclusão social.

As ações, à medida que vão sendo realizadas, serão divulgadas on-line na página da Câmara Municipal de Pinhel – área da ação social, e no facebook na página do Município de Pinhel.

Todas as ações que constam no PDS serão avaliadas pelo CLAS no final de cada ano, o que permitirá a intensificação de umas ações e retificações de outras.

7 – Bibliografia

- **AMARO, Roque.** (1993) “*As Novas Oportunidades de Desenvolvimento Local*”, A Rede para o Desenvolvimento Local, n.º 8 (pp. 16-22). Faro: IN LOCO.
- **Conselho Local de Acção Social de Pinhel.** 2005. “*Diagnóstico Social do Concelho de Pinhel*”, Programa Rede Social
- **Conselho Local de Acção Social de Pinhel.** 2013. “*Diagnóstico Social do Concelho de Pinhel*”, Programa Rede Social
- **Conselho Local de Acção Social de Pinhel.** 2005. “*Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Pinhel*”, Programa Rede Social
- **Conselho Local de Acção Social de Pinhel.** 2010. “*Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Pinhel*”, Programa Rede Social
- **MONTEIRO, Alcides A. e RIBEIRO, Fernando Bessa** (orgs.) (2009), “*Redes Sociais: Experiências, Políticas e Perspectivas*”, Ribeirão: Edições Húmus.
- **MONTEIRO, Alcides A.** (2004), “*As Iniciativas de Desenvolvimento Local e a Diversidade das suas Orientações*” in *Cidades: Comunidades e Territórios*, n.º8, Junho; pp. 53-64.

Páginas world wide web (www):

- <http://www.pnai.pt/>
- <http://www.qren.pt/>
- <http://www.dgotdu.pt/PNPOT/>
- <http://www.acs.min-saude.pt/pns2011-2016/pns-2011-2016/visao-objectivos/>
- <http://www.maiscentro.qren.pt/>
- http://www.planotecnologico.pt/document/ENDS-PIENDS_2015.pdf
- www.seg-social.pt
- <http://www.ine.pt/>
- <http://ec.europa.eu/portugal/>

Outros documentos consultados:

- Agenda 21 Local Município de Pinhel
- Carta Educativa do Concelho de Pinhel
- PDM Pinhel
- Programa Rede Social
- Contrato Local de Desenvolvimento Social + Pinhel